

Cardoso tentará acordo para apressar reforma

■ Proposta de reduzir quórum para aprovação de emendas constitucionais está sendo descartada e idéia é tramitação simultânea

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, não vai enviar um *emendão* ao Congresso para reformar a Constituição, como fez em 1991 o presidente Fernando Collor. Suas propostas de mudanças devem ser feitas por temas e apresentadas de acordo com a urgência de cada uma delas. A prioridade, no primeiro momento, será dada às questões tributárias e previdenciárias, que precisam ser resolvidas, na avaliação do novo governo, no primeiro semestre do ano que vem.

Para apressar a votação, Cardoso vai articular um amplo acordo político para mudar a Constituição e permitir que as Propostas de Emendas Constitucionais (PEC) possam tramitar conjuntamente na Câmara e no Senado, como já ocorre na apreciação dos vetos do presidente da República e das Medidas Provisórias. Estima-se que esta alteração reduzirá o tempo de votação das emendas pela metade.

“**Consenso**” — A proposta do deputado José Serra (PSDB-SP), de reduzir o quórum de três quintos necessários à aprovação das emendas constitucionais, está sendo descartada. A avaliação é a de que sua adoção implicaria uma batalha jurídica no Supremo Tribunal Federal (STF) e poderia radicalizar o clima do debate político.

Os auxiliares de Cardoso, que estão debruçados sobre o assunto, acreditam que pode ser alcançada “uma alta base de consenso” para permitir maior agilidade sem mudar o processo de decisão. A tramitação conjunta garantiria maior rapidez e “não ofenderia ninguém”, pois, manteria os três quintos e a necessidade de duas votações na Câmara e no Senado.

“O *emendão*, por sua dimensão, acaba servindo para somar os inimigos das mudanças e para ampliar o processo de barganha”, comentou ontem um interlocutor do presidente eleito. “O sistema tributário tem que ser votado no ano que vem; a mudança do sistema de votação de proporcional para distrital misto tem três anos para ser apreciada”, acrescentou

uma liderança nacional do PSDB.

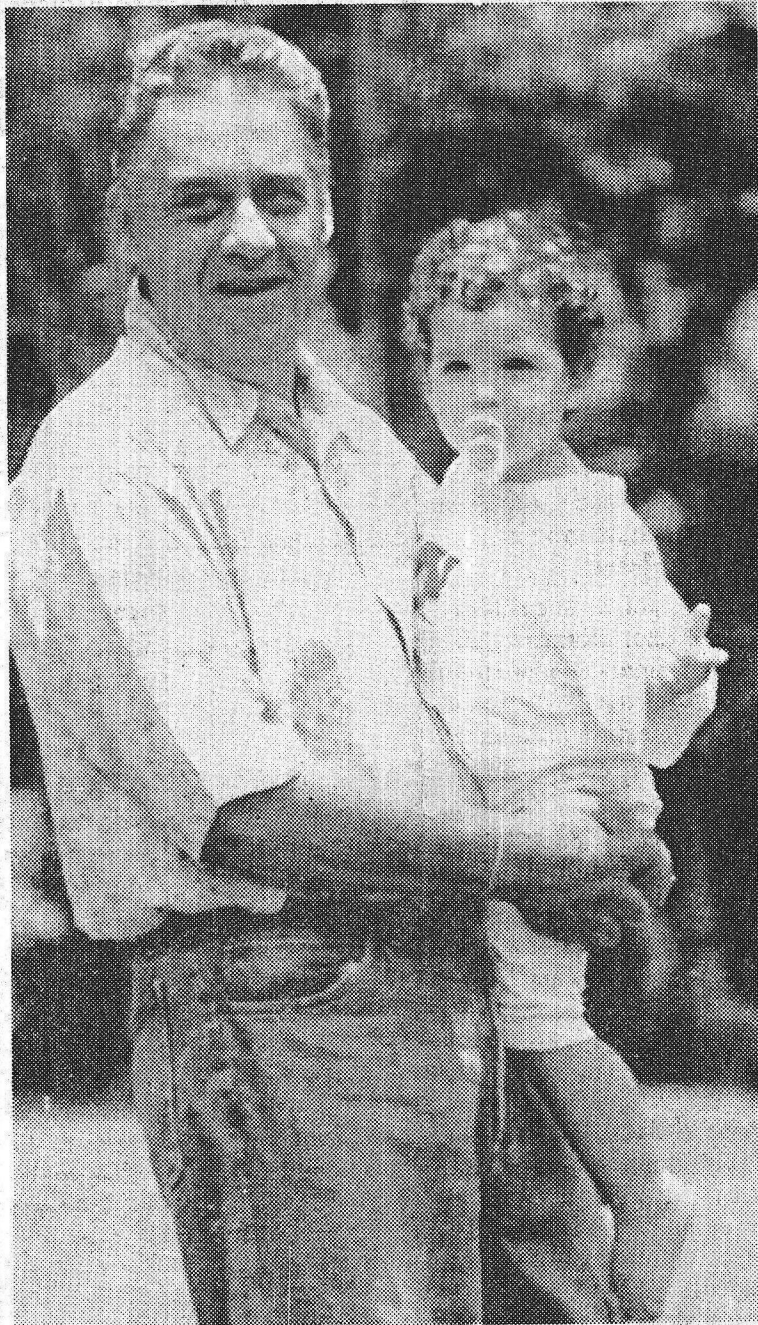
Outras questões, como a flexibilização dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, são consideradas de médio e longo prazos e, por isso, não precisariam ser apresentadas num primeiro momento. “A liberalização e a abertura da economia têm outro time, outra discussão e outra amplitude”, comentou um colaborador de Cardoso, encarregado de preparar para o governo uma proposta de reforma constitucional. “Todas as propostas de mudanças políticas e eleitorais têm tempo para serem votadas até 1997”.

Trâmites — A atual Constituição dá às emendas constitucionais o mesmo tratamento dado pela Constituição de 1946. Ou seja, qualquer proposta tramita primeiro na Câmara e depois no Senado. Isto faz com que uma emenda que não tenha grandes resistências políticas demore três meses para ser votada. O processo começa com a apreciação de sua admissibilidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, depois é apreciada pela Comissão Especial e vai ao plenário, onde se submete a duas votações. Só é aprovada se obtiver o apoio de 308 deputados, correspondentes a três quintos dos 513 deputados.

A emenda tem de percorrer o mesmo caminho no Senado, onde precisa ter o apoio de 49 senadores — três quintos da Casa —, em duas votações, para ser aprovada. Mas como os senadores podem, eventualmente, mudar o que os deputados aprovaram, torna-se necessário uma nova tramitação e lá se vão mais três meses.

Com a tramitação conjunta, recurso previsto na Constituição de 1967, ficam mantidas as duas votações nas duas casas e o quorum de três quintos. A diferença é que será criada uma Comissão Especial, composta de deputados e senadores, que terão um parecer final único, votando a emenda numa sessão conjunta, onde votam primeiro os deputados e depois os senadores, como são votados hoje os vetos e as MPs. Como o trabalho será conjunto, evita-se também o risco da emenda ter de reiniciar sua tramitação porque o Senado mudou o que foi aprovado pela Câmara.

Ibiúna, SP — Carlos Goldgrub



□ O presidente eleito Fernando Henrique Cardoso passou o domingo descansando com a família em seu sítio em Ibiúna, cidade a 65 quilômetros de São Paulo. Cardoso não quis conversar com a imprensa sobre sua viagem aos países do Mercosul ou sobre qualquer plano para o início de seu governo. “Eu só vou falar em uma entrevista coletiva, em Brasília”, disse, ao sair no jardim do sítio para tirar fotos, carregando no colo o neto Pedro, de um ano. Questionado sobre os índices de inflação, a campanha do candidato tucano ao governo

de São Paulo, Mário Covas, e sobre o relacionamento do governo federal com os governos estaduais, a resposta de Cardoso foi: “Tá vendo, Pedro, eles pensam que eu tenho essas coisas na cabeça”. Cardoso recebeu para o almoço alguns vizinhos de seu sítio. Entre eles, o ex-deputado José Gregori e sua mulher, Maria Helena. Segundo o casal, amigo do presidente há muitos anos, os convidados conversaram sobre amenidades e as viagens de Cardoso. “Não discutimos nada a respeito de política ou governo”, afirmou José Gregori.